



**Francisco Simões**  
Investigador Auxiliar ISCTE

# Abandono escolar precoce: alerta vermelho

**E**m 2011, o abandono escolar precoce nos Açores atingia 43,8%. Por outras palavras, quase metade dos jovens com idades entre os 18 e os 24 anos saía do sistema de ensino formal sem concluir pelo menos, o ensino secundário. Por essa altura, o abandono escolar precoce na região era praticamente o dobro da média nacional. No ano seguinte, o indicador caiu quase dez pontos percentuais, atingindo 34,1%. Estranho? Nem por isso. A queda deveu-se, sobretudo, à alteração da lei. Por então, a escolaridade mínima obrigatória passou de nove para doze anos. Os reflexos dessa medida fizeram-se sentir nos anos seguintes, até por volta de 2015, quando a situação estabilizou, com um em cada quatro jovens açorianos, no início da idade adulta, sem habilitações ao nível do ensino secundário. No início desta década, a situação ora melhorou, até atingir um mínimo histórico em

2024 (19,8%), ora piorou. Os últimos dados do INE para 2025 revelam novo crescimento do abandono escolar precoce, na região, atingindo 21,1%.

Se a análise evolutiva é, no mínimo, desanimadora, a análise comparativa aponta para uma divergência crescente e preocupante. Se nos idos de 2011, o abandono escolar precoce, nos Açores, era o dobro da média nacional, em 2025 é três vezes superior à média portuguesa. Pior, ao longo da última década, os Açores já foram, por quatro vezes, a região com a taxa de abandono escolar precoce mais elevada da União Europeia: em 2017, 2018, 2019 e 2021.

O debate político responderá a mais este revés com as habituais acusações mútuas, durante dois ou três dias, e uma análise superficial das causas, se tanto. Tudo aquilo de que não precisávamos. E se a análise das causas é necessária, senão mesmo indispensável, convém reter as consequências bem conhecidas da per-

petuação deste estado de coisas. Desde logo, habilitações mais baixas significam uma maior proporção de jovens adultos que entram no mercado de trabalho pela via vermelha da precariedade e do trabalho de baixa intensidade tecnológica. Consequência: um problema estrutural, com

**Se nos idos de 2011 (...) era o dobro da média nacional, em 2025 é três vezes superior à média portuguesa.**

os Açores expostos a taxas de jovens nem em emprego nem em educação ou formação estruturalmente elevadas. O seu decréscimo significativo nos últimos anos é fruto, sobretudo, de uma expansão de empregos desqualificados, sobretudo no turismo. Basta um sopro, como uma certa companhia de aviação recusar-se a voar para os Açores, e a inversão será, infeliz-

mente, notória. Além do mais, percursos laborais ao longo da vida baseados em baixas qualificações são mais instáveis e estão mais expostos ao desemprego recorrente e a ciclos de pobreza, com necessidade de ativação de benefícios sociais. A jusante, uma economia assente neste modelo permanecerá ancorada em atividades menos diferenciadas e será pouco competitiva e resistente a choques cíclicos cada vez mais habituais. A sociedade sofrerá do mesmo modo, com cidadãos menos equipados para exercer direitos e se envolverem civicamente. Todos estes efeitos devastadores exigem políticas públicas musculadas e menos – muito menos – proclamações. No mínimo, já deveriam ter bastado para decretar um alerta vermelho e ativar um verdadeiro sistema de prevenção. Iludo-me, bem sei. Prevenção tornou-se bastante irrelevante nos manuais de politiquês, tão curtos são os ciclos políticos e tão imediatas são as necessidades de assegurar o poder. ■

